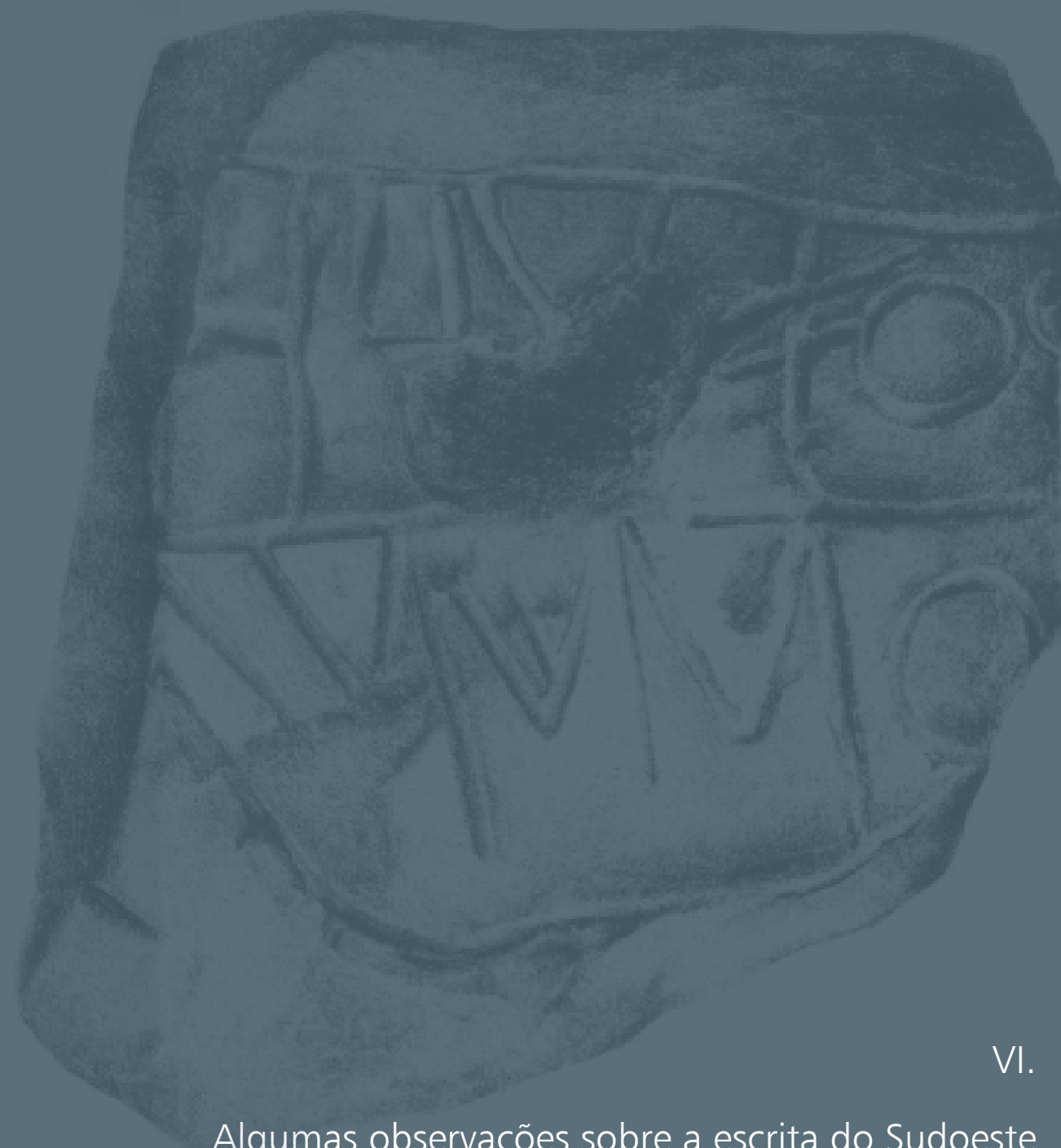


XELB₁₀

Actas do 7º Encontro de Arqueologia do Algarve
Silves - 22, 23 e 24 Outubro 2009





VI.

Algumas observações sobre a escrita do Sudoeste

Amílcar Guerra*

Resumo

Nos últimos anos identificaram-se mais alguns monumentos epigrafados com a chamada escrita do Sudoeste, alguns deles com textos extensos e relativamente bem conservados. Ainda que muitas das questões que se colocam à investigação continuem sem uma solução satisfatória, parece-me importante fazer o ponto da situação dos estudos sobre esta manifestação epigráfica. Tendo especialmente em conta os problemas concernentes à região algarvia, analisam-se algumas estelas, tomando-as como paradigma tanto no que respeita ao que já sabemos como relativamente às muitas interrogações ainda sem resposta. Aborda-se, em especial, a questão da língua transcrita nestas inscrições, tendo em consideração uma recente proposta neste âmbito.

Abstract

In recent years several inscribed monuments with the tartessian writing system were identified, some of them with lengthy and relatively well preserved texts. Although many of the issues faced by the research have not yet satisfactory solution, it seems important to evaluate the progress of studies on this epigraphic evidence. Considering especially the problems concerning the Algarve region, several stelae will be analysed, taking them as a paradigm both in terms of what we already know as well on the many questions still unanswered. This paper focuses in particular the question of language of these inscriptions, taking into account a recent proposal in this regard.

* Docente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, investigador da UNIARQ.

linguística que transcrevem. Por outro lado, a própria dimensão do conjunto de achados recentes, pelo seu número e conteúdo informativo, constituiu-se como um facto relevante neste âmbito da investigação. No conjunto dos “acontecimentos” em torno do tema, não podem esquecer-se ainda a inauguração do Museu da Escrita do Sudoeste (Guerra, 2007) e o projecto ESTELA (Melro; Barros; Guerra, 2008; Melro *et alii*, 2009), que conjugam a necessidade de divulgar os resultados da investigação a um público mais amplo (objectivo visado pela primeira iniciativa) com a pertinência em definir, de forma mais precisa, um enquadramento arqueológico para esta realidade (finalidade primordial da segunda).

1.

Agradeço aos promotores deste Encontro o convite que me dirigiram no sentido de participar, uma vez mais, nesta reunião científica que tem mantido uma notável regularidade e evidenciado uma exemplar organização. Pela minha parte, pretendo contribuir para o debate de um tema epigráfico e arqueológico indissociável desta área, relativo à discutida, e talvez por isso muito mediática escrita pré-romana aqui documentada. No caso vertente, é sabido que as questões conexas envolvem igualmente âmbitos geográficos bem mais amplos, com os quais esta região teve e mantém afinidades, partilha as fronteiras e uma boa parte dos problemas históricos.

De qualquer modo, servem de ponto de partida alguns vestígios materiais algarvios de aparecimento mais recente, cuja análise servirá de preâmbulo a algumas considerações de natureza genérica, respeitantes ao fenómeno da chamada “escrita do Sudoeste”. Visa-se, tomando como pretexto dar conta das principais novidades epigráficas registadas nesta região, apresentar por fim algumas observações gerais sobre esta manifestação e a respeito das últimas e sugestivas propostas sobre o tema.

As questões concernentes a este núcleo epigráfico precoce e o interesse por este domínio da antiguidade pré-romana reemergiram claramente nos últimos anos. Em boa parte, esse facto deveu-se ao aparecimento de alguns monumentos de importância excepcional, como a estela de S. Martinho (Guerra, 2002) ou a de Mesas do Castelinho (Guerra, 2009), vestígios que, pela sua extensão, podem dar substância ao estudo desta manifestação epigráfica, bem como da realidade

2.

Entre as novidades a que se aludiu se conta uma estela aparecida em Vale de Águia, pertencente à freguesia de S. Bartolomeu de Messines, deste concelho de Silves, dada a conhecer no último encontro desta série. A notícia, publicada nas respectivas actas (Sauren, 2008), dá conta da leitura do segmento mais bem conservado da inscrição, talvez equivalente à sua parte terminal, a qual, segundo as equivalências fonéticas propostas por Untermann (MLH IV), corresponderia à sequência **alb^at^e e bare nar^e[k^eenii]**. O decalque então apresentado, no entanto, traduzia apenas uma interpretação esquemática dos signos, sem qualquer preocupação em ser proporcional ou representar com rigor a marca das gravações antigas, nem a parte afectada pelas alterações mais recentes. Esta revela-se de consideráveis dimensões, o que limita substancialmente a identificação do texto original, uma vez que uma parte considerável se encontra integralmente perdida. Um pequeno segmento conserva vestígios da gravação primitiva, mas só parcialmente reconhecíveis, o que torna ousada a interpretação dos signos. Por fim, um pequeno segmento parece bastante claro, proporcionando uma sequência relativamente fiável.

Tendo realizado uma observação do monumento, constatou-se que na cartela bastante irregular que delimitava o texto, se poderia identificar um conjunto mais amplo de incisões, mas porque o segmento exterior da mesma se tinha deteriorado, não era possível a identificação de alguns dos signos que se apresentavam como seguros. Em concreto, os dois signos que Sauren (2008:57) identifica

na parte inicial da sua leitura são, no mínimo, muito problemáticos e, por essa razão devem, a meu ver, eliminar-se. Por outro lado, ainda que seja praticamente segura a restituição da parte terminal da sequência conservada, uma vez que ela corresponderia precisamente ao mais difundido formulário, não se observam quaisquer traços do **ř** por ele transcrito. Deste modo, o texto conservado seria: **jb^at^ee b^aare na[r^ke^{enii}?**

Por fim, na parte central do monumento evidenciam-se traços claros de uma gravação mais ténue, que parecem constituir os elementos de uma componente decorativa da estela. Dada a sua deficiente conservação e pelo seu estado fragmentário não se afigura possível estabelecer com segurança o que ali se representaria, mas torna-se verosímil incluir este monumento no reduzido conjunto dos que associam a epigrafia a uma gravação de cariz figurativo. Nele se integram de pleno direito, apenas essencialmente dois monumentos: a célebre “estela do guerreiro”, proveniente do lugar almodovorense de Abóbada (J.12.1); e a conhecida epígrafe da área de Silves onde se representa um personagem a cavalo (J.4.2).

Na sua globalidade, estas manifestações são bastante diversificadas, muito mais do que a componente textual, mais uniforme. Nas duas estelas historiadas já conhecidas constata-se a natureza substancialmente diferente dos motivos decorativo e das próprias técnicas de gravação e estes, por sua vez, parecem bem distintos das figurações pouco claras do monumento mais recente.

3.

O achado de Vale da Águia integra-se, do ponto de vista geográfico, numa área tradicional de difusão deste tipo de achados. Mas o seu local de proveniência situa-se precisamente nos seus limites meridionais, genericamente correspondente ao Barrocal algarvio.

A distribuição das estelas com escrita do sudoeste configura um modelo muito peculiar e cujos contornos não se explicam facilmente. Encontra-se dispersa por uma região muito ampla, que abarca uma área de extensão considerável genericamente correspondente ao Sudoeste da Península Ibérica, abrangendo tanto território espanhol como português, mas de modo algo diferenciado.

No primeiro caso os achados abarcam uma área muito mais ampla, repartindo-se por algumas áreas da Andaluzia e da Extremadura, com uma No caso português abarca estritamente um sector meridional, uma vez que se regista unicamente no sul do Alentejo e o Algarve, tendo como limite mais setentrional, no que respeita às estelas, o concelho de Aljustrel. Se tivermos em conta monumentos de outra natureza, o vestígio mais setentrional é a epígrafe da Folha do Ranjão, Serpa, prolongando-se ligeiramente para norte o limite. Além disso, a manifestação pode ser considerada um fenómeno essencialmente “interior”, uma vez que é manifesta a sua raridade na faixa litoral. A maioria dos vestígios encontra-se junto dos principais cursos de água que irradiam da Serra do Caldeirão, em especial dos rios Mira, e Arade, das Ribeiras do Vascão e Odelouca; para além disso acompanham ainda o curso superior do rio Sado que confina com esta área.

No caso dos achados em território espanhol, para além de se repetir esta a mesma características de uma ocorrência em áreas que não representam os tradicionais centros litorais onde se faz sentir em particular a influência do mundo fenício, é possível associar os vestígios aos cursos dos grandes rios da região (Tejo, Guadiana e Guadalquivir) e seus principais afluentes. Quer isto dizer que, apesar da sua presença preferencial pelo hinterland, é bastante clara a ligação dos achados epigráficos com espaços em que a acessibilidade se revela uma marca importante.

Sendo absolutamente segura a derivação fenícia do sistema de signos usado nestas manifestações, importa perguntar porque razão estes elementos estão praticamente ausentes das áreas que mais directamente terão sido expostas aos contactos com estas populações exógenas, e não apenas os grandes centros (Cádiz, Castillo de Doña Blanca, Huelva, Tavira, Castro Marim), mas também genericamente todas as áreas litorais.

4.

Tendo em vista este objectivo, vale a pena analisar as manifestações epigráficas deste período e as suas características. Importa, em especial, reflectir sobre as tradições de escrita e os hábitos epigráficos, tendo não apenas em conta as manifestações conhecidas, mas o que se pode deduzir dos nossos

conhecimentos históricos a respeito do que teria sido o panorama da produção escrita desta natureza no seio destas sociedades.

Dos sítios costeiros referidos, em nenhum se conhecia qualquer vestígio do uso do signário que se encontra representado nas estelas. Há poucos anos, todavia, identificou-se no Castillo de Doña Blanca um pequeno fragmento de cerâmica de verniz vermelho, com caracteres que, essencialmente pela sua paleografia pouco compatível com a escrita fenícia do período a que pertence o vestígio cerâmico, se atribuíam a este sistema de signos (Correa e Zamora, 2008:180-184). A primeira consequência deste achado repercute-se nas discussões em torno da cronologia deste fenómeno, a qual, remontaria pelo menos ao século VII a. C., tendo em conta a datação atribuível ao suporte e ao seu contexto arqueológico (Correa e Zamora, 2008: 179-180, 189).

Este facto colocaria a questão da distribuição dos achados num outro patamar. Os centros litorais em que a presença fenícia se fez sentir com mais intensidade, teriam conhecido e usado o signário criado para transcrever realidades linguísticas peninsulares, só que a sua utilização estaria perfeitamente enquadrada nas tradições epigráficas dessas mesmas áreas. Já não valeriam argumentos para falar de uma completa ausência dos vestígios de uso desse signário, mas apenas de uma forma diferente de essa realidade se manifestar.

De resto, nesse mesmo sítio arqueológico da Baía de Cádiz ocorrem, pelo menos 15 inscrições da mesma natureza (Zamora, 2005:175), isto é, que têm como suporte vasos cerâmicos de certa qualidade e que se interpretam essencialmente como marcas de possuidor. De uma maneira geral correspondem a grafitos de reduzida extensão, nada tendo que ver com as práticas de escrita que as estelas documentam.

As manifestações epigráficas de cariz fenício mergulham numa cultura muito específica, que deve ter marcado algumas das áreas litorais e reflectem hábitos atestados em outras regiões do mediterrâneo onde se difundiram as suas tradições.

Constata-se que, de qualquer modo, os vestígios destas primeiras manifestações epigráficas das cidades hispânicas são muito reduzidos, em qualquer situação. Mesmo nas localidades onde a cultura material denuncia presença ou contactos estreitos com populações com uma cultura letrada de origem fenícia.

Não restam dúvidas que essa sociedade deve ter usado amplamente a escrita, em situações muitos diversificadas, recorrendo aos mais diversos suportes, não apenas àqueles que se conservaram (pedra, cerâmica metal), mas também a materiais perecíveis. Constata-se, além do mais, que a distribuição dos vestígios subsistentes apresenta uma distribuição muito irregular, não sendo necessariamente verdade que a prática de escrita tenha sido menor ou inexistente em sítios que evidenciam hoje poucos ou nenhuns indícios conservados (Zamora, 2005:156-161).

Há que ter em consideração, portanto, que nesses contextos culturais, uma grande parte das manifestações epigráficas não perdurou até hoje por variadas razões. Entre elas, naturalmente, pelo facto de se substituir a prática da incisão por pintura, mesmo quando se tratava de situações em que a base de gravação era a pedra; por outro lado, por se ter consagrado o recurso a suportes perecíveis de diversa natureza, que poderia ter atingido percentagens elevadas em determinadas circunstâncias.

A sua conservação dependeu acima de tudo das tradições culturais associadas ao fenómeno epigráfico e é sem dúvida essa a razão pela qual se verifica um desequilíbrio tão significativo na distribuição das manifestações conservadas. Tenha-se em conta, por exemplo, que 70% da epigrafia fenício-púnica conhecida provém do *tophet* de Cartago (Zamora, 2005:159, n. 9).

Não seria muito ousado admitir, considerando uma evidente generalização da prática de escrita nestes ambientes, que a maioria das situações corresponderia precisamente a casos em que se perdeu qualquer indício da utilização desse recurso. Admitir que no sítio aqui usado como paradigma (o Castillo de D. Blanca) o uso epigráfico estava praticamente circunscrito à identificação dos proprietários das vasilhas cerâmicas apresenta-se evidentemente como uma hipótese inaceitável.

Nestas áreas de maior impacto fenício, como parece demonstrar o exemplo do Castillo de Doña Blanca, há condições para se cruzarem manifestações epigráficas em alfabetos distintos. Mas ainda que o uso de um sistema local se possa ter difundido, não se terá desenvolvido nestes contextos uma prática como aquela em que se regista habitualmente a escrita do Sudoeste. Falta uma verdadeira epigrafia sobre pedra, desenvolvida essencialmente em contextos funerários, em que os monumentos

apresentam geralmente um conjunto de marcas bastante peculiares, que se revelam em diferentes domínios: no próprio suporte, em algumas regras gerais da disposição do texto, nas características da gravação, só para referir três vertentes de análise deste fenómeno.

Este é, necessariamente, um outro mundo. As especificidades que marcam este fenómeno difundido por uma área ampla resultam certamente das diferenças consideráveis a nível cultural, no qual as estelas epigrafadas constituem apenas um traço distintivo.

5.

Para além das condições específicas, de natureza secundária, como a abundância de um suporte pétreo com características adequadas, existe muito provavelmente uma individualidade que se poderia exprimir no domínio linguístico e, em certa medida, igualmente na componente “étnica” e cultural. Foi precisamente na primeira vertente que se apresentaram recentemente algumas propostas, as quais obrigam a reanalisar a questão da língua inerente a estas epígrafes.

Como se sabe, num contexto em que dominou a opinião contrária, não é de modo nenhum nova a ideia de que nestas se poderia plasmar uma língua indo-europeia. Já desde o próprio Manuel Gómez-Moreno se admitira esta possibilidade, a qual, todavia, só se foi clarificando à medida que se se foram definindo alguns aspectos relativos ao valor dos signos e o corpus de inscrições se foi alargando. De qualquer modo, essa ideia marcou o trabalho de Wikander (1966) e definiu a postura metodologicamente correcta de J. A. Correa (1985:391), contrariando a ideia mais difundida que tendia a considerá-la como não indo-europeia¹.

Todavia, nunca esteve em causa que estes textos epigráficos pudessem conter elementos integráveis no âmbito das línguas hispânicas indo-europeias, nomeadamente em vestígios de natureza onomástica, sem que isso contrariasse a ideia mais consolidada, da sua exclusão desse domínio. A lista dos elementos daquela origem foi progressivamente alargada pela investigação, assumindo já, na análise

feito na trabalho de referência de J. Untermann, um conjunto substancial de referências de natureza diversa. De facto, o seu inventário não se limita a um dos aspectos mais claros, a antroponímia, de que inventariam 14 ocorrências, mas estende-se a outras vertentes, nomeadamente de natureza flexional ou relativa à formação das palavras (Untermann, 1997:164-167).

Como também na tradição histórica, o mundo tartéssio, a que se associou esta manifestação epigráfica, se apresentou como contraponto de populações célticas ou outras onde era mais ou menos evidente uma vinculação com línguas indo-europeias, o ponto de partida da investigação foi sempre o da natureza radicalmente diferenciada da língua que estas inscrições documentavam. Nem mesmo o nome de Argantónio, que contrariava esta asserção, mas de forma isolada, modificou essa postura de base. Por essa razão se compreende que a postura comum dos investigadores fosse a de admitir essa interpretação até que os dados viessem comprovar o inverso.

Os dados linguísticos, em particular a toponímia meridional e especialmente os característicos nomes em *Ip-/ip(p)o*, *Ob-/oba / -uba*, historicamente explicáveis, com escassa atestação no que seria a Hispânia indo-europeia, apresentariam uma difusão não se afastaria substancialmente da área em que as inscrições se registam e, por isso, permitiriam corroborar essa ideia. Todavia, uma postura rigorosa de ponto de vista metodológico implicaria que também esta atribuição necessitasse de ser fundamentada e, com a acumulação de elementos em sentido contrário, abria-se a possibilidade de se inverterem as posições. Nesse sentido, a circunstância de C. Jordán considerar a hipótese de se tratar de uma língua indo-europeia, eventualmente céltica, é já de si reveladora dessa alteração.

Recentemente, John T. Koch (2009a: 2009b), veio sustentar que a língua veiculada por estas estelas correspondente precisamente a esse âmbito. É desde logo importante notar que as propostas interpretativas que apresenta se baseiam nos valores dos signos e nas leituras consagradas pela investigação neste domínio e não em equivalências fonéticas mais ou menos arbitrárias. Por outro lado, não se identificam nestes textos línguas distantes

e inviáveis, cuja presença na Hispânia não é historicamente verosímil. Ao contrário, a integração linguística justifica-se plenamente no quadro do nossos conhecimentos das línguas pré-romanas da Hispânia. Para além disso, apresenta a vantagem ou com elementos conhecidos no universo das línguas célticas. Em muitos casos as sugestões interpretativas são altamente sugestivas e, por isso, ganham uma outra credibilidade.

Só para dar um exemplo, logo no início de uma famosa inscrição da necrópole Bensafrim (J.1.1), regista-se a sequência **lok^oob^o niirab^oo**, não sendo de modo nenhum surpreendente que se faça corresponder em transcrição latina à expressão LOGOBO NERABO (Koch, 2009a:22-24). Ora, chegados a este ponto, qualquer estudioso das línguas antigas da península aceita identificar uma sequência em dativo do plural no qual é muito apelativo ver um teónimo de raiz *Lug-* que poderia vir seguido de um qualificativo que recorda inevitavelmente os *Neri*, sintomaticamente uma entidade étnica atestado no noroeste peninsular sob a forma *Celtici Neri*. Esta sequência é seguida de **t^oo araiui**, em que o último elemento corresponderia a um dat. sing. de um termo *araios* “nobre”, conjunto que se poria em paralelo com uma epígrafe celtibérica de Peñalba de Villastar. E logo de seguida se leria precisamente o nome étnico dos celtas, sob a forma **k^aalt^ee**, no mesmo caso. As duas terminações distintas de dat. sing. fazem precisamente recordar as realizações diferenciadas do mesmo caso nas inscrições lusitanas, em *-ui / -oi* e *-e*.

Todavia, uma dos aspectos que marca esta investigação consiste no amplo repertório de nomes, organizados por categorias, maioritariamente associado a um âmbito linguístico céltico (Koch, 2009a:80-113). Para além de um elenco antroponímico mais extenso que o preconizado por J. Untermann (1997:167-168), em parte devido ao contributo de novos achados (Koch, 2009a:79), afirma-se especialmente um conjunto de nomes de divindades, de colectividades, de povos e lugares (Koch, 2009:79-80) elementos que constituem de uma maneira geral uma novidade na interpretação destes textos. Igualmente inovador o elenco de outros elementos lexicais, incluindo nomes comuns, pronomes, numerais e verbos (Koch, 2009a:100-113).

A validação da proposta interpretativa de John T. Koch enfrenta, naturalmente, muitos problemas, em especial no que se reporta ao léxico comum, onde a pertinência semântica da proposta pode oferecer problemas. No entanto, em casos como a aproximação **k^aaset^aana** - */kassindannā/* “sacerdotisa, encarregada de distribuir estanho ou bronze, “gaul. *casidani*; **lokoon** – cisalpino *lokan* “túmulo, monumento funerário” (Koch, 2009a:101-102) as propostas são sugestivas.

6.

Os casos similares colhidos nas inscrições são abundantes e, por esse facto, parece inevitável considerar seriamente a possibilidade de estarmos perante epígrafes que transcrevem uma língua céltica. À luz desta proposta, seria importante retomar a análise da duplicidade cultural que marca esta área no período pré-romano (turdetanos / célticos) e que as fontes enunciam de diversas formas, nem sempre com uma interpretação consensual.

John T. Koch, numa das suas análises, precisamente da estela algarvia de Dobra (J.3.1), considera que se poderia identificar a sequência **Kimb^aai(t)i**, termo que aproximou do étnico *Cimbii*, registado em âmbito céltico antigo e que, na sua interpretação, corresponderia ao nome dos muito discutidos *Cempsí*, referidos no texto de Avieno (Koch, 2009a:29-30). Na interpretação habitual desta fonte latina estes ocupariam uma região meridional do Alentejo, confrontando com os *Kunetes / Conii* instalados na costa algarvia, em torno ao promontório que tem uma designação afim, *Cuneus* ou *Cyneticum* nas diferentes versões das fontes antigas.

Esta interpretação é naturalmente mais problemática, embora possa ter uma relevância limitada na análise da questão principal. O nome dos *Cempsí* à semelhança de outros, tem sido integrado do ponto de vista cultural em âmbitos totalmente distintos.

Para Schulten, tanto eles como os *Saefes* correspondiam a povos celtas (Schulten, 1922:93), atribuição que foi geralmente seguida². Todavia nada pode fundamentar, tanto no plano estritamente

¹ De uma maneira geral também não se têm invocado argumentos para esta classificação. Uma das mais recentes defesas do seu carácter não indo-europeu pode encontrar-se em Rodríguez Ramos, 2002, p. 90-91, no qual o autor invoca novos indícios para tal, como a distribuição das vogais, em particular a escassa representação do e.

² Poucas vezes contestou-se esta classificação, apontando-se uma origem pré-céltica para estas entidades (Lomas, 1991:54). A título excepcional, note-se que, na sua visão muito particular da etnologia hispânica, Martins Sarmento tinha tomado *Saefes* e *Cempsos* como turdetanos (Sarmento, 1933:387).

linguístico como no histórico, uma tal integração (Cfr. Tovar, 1987:2).

A primeira questão de fundo que se coloca em especial neste caso assenta na própria forma onomástica transmitida por Avieno. Por diversas vezes se tem sublinhado o carácter problemático dos nomes transmitidos por esta fonte latina, os quais pode ser pura e simplesmente inventados pelo autor. Ainda que garantisse a fiabilidade desta versão, subsistiria a questão incontornável de determinar o âmbito linguístico em que esta se integraria. Se atendermos às exigências a que deve obedecer a fixação de uma etimologia (respeitar as regras da evolução fonética e revelar-se semanticamente adequada), creio ser arriscada qualquer proposta neste sentido, não apenas para este, mas também para a maioria dos topónimos e etnónimos. Deve ainda considerar-se, como problema acrescido, que quase nada se conhece a respeito das eventuais realidades não indo-europeias que poderiam existir nesta região, o que impossibilitaria uma espécie de contraprova, muito útil neste caso.

Há, todavia, alguns aspectos proporcionados pelos textos clássicos e pela arqueologia que podem dar um contributo para a análise desta questão. Desde logo o conhecido texto de Heródoto que coloca os *Keltae* hispânicos para lá das Colunas de Hércules³. As indicações geográficas podem considerar-se mais precisas dado que uma especificação de que estes seriam vizinhos dos Cinetes, d algum contributo mais sólido para a sua localização num território que vai at ao extremo Ocidente. De facto, aceita-se habitualmente que o território dos Cónios / Cinetes (ou Cinésios, outra das variantes do mesmo étnico na obra de Heródoto), ocuparia a faixa meridional do actual território português, genericamente correspondente ao actual Algarve (TIR J-29:66).

Um dos aspecto mais relevantes desta notícia teria que ver igualmente com a cronologia desta informação, uma vez que, reportando-se a um período correspondente aos meados do séc. V a. C., poder-se-ia considerar ainda contemporânea

da manifestação epigráfica em análise. De uma forma geral os dados literários que possuímos para a definição do quadro étnico e cultural desta região são bastante mais tardios, pelo que se tornariam irrelevantes para o tratamento deste tema. No entanto, esta informação não deixa dúvidas sobre presença de populações célticas nesta região já desde fase bastante precoce, retirando peso a uma ideia de que a existência de celtas na área seria apenas um fenómeno posterior. A dualidade Cónios/ Cinetes⁴ - Celtas no contexto do Ocidente hispânico ao longo deste período seria, portanto, um dado relevante na análise da questão.

Tradicionalmente a escrita pré-romana desta região associou-se particularmente aos primeiros, tomando inclusivamente com ponto assente que a mais frequente das sequência documentada nestas inscrições (onde, segundo a proposta de Leite de Vasconcelos se leria precisamente **Konii**) w⁵ confirmaria esta identidade. Esta possibilidade, mantida mesmo recentemente por alguns autores (Correia, 1996), parece-me mais difícil de sustentar na actual situação, tendo em conta as propostas de equivalência fonética dos signos, e as hipóteses interpretativas para as diferentes sequências em que este nome supostamente se registaria.

A ligação entre a escrita e os Cónios radicava, todavia, na convicção de que as estelas epigrafadas veiculavam uma escrita difundida num espaço cultural em contacto com o mundo fenício, definido como tartéssico ou, o que seria equivalente, turdetano⁶. Note-se que precisamente a respeito deste último povo que Estrabão (3,1,6) afirma possuírem uma escrita h mais de seis mil (!) anos e, para além disso, leis e literatura. Ora, na obra de Ptolomeu esta mesma designação étnica se aplica aos habitantes de uma boa parte do território meridional português, compaginando-se com o étnico *Conii*, referido em outras fontes (Vasconcelos, 1905:72-73). Esta vinculação cultural era igualmente compatível com a ideia de que a referida escrita transcreveria a língua dessas

populações, verosimilmente não indo-europeia.

Naturalmente, uma proposta que contraria esta classificação, como a de John T. Koch, obriga a recolocar a questão do enquadramento histórico-cultural das estelas epigrafadas. Todavia, a situação correspondente a este período é bastante difícil de definir, em especial para o território interior. Ainda que se admita habitualmente que o poema de Avieno fornece elementos para a caracterização do mundo pré-romano ocidental a partir do séc. VI a. C., na realidade a solidez dos argumentos tradicionais tem sido muito questionada. Por essa razão, tanto a associação da escrita do sudoeste aos *Cempsí* como a estabelecimento da sua celticidade constituem aspectos bastante problemáticos. Mas as objecções que se levantam a estas classificações radicam essencialmente em questões de natureza metodológica. Em rigor, não se pode nem deve, com base nos nomes, nas alusões vagas das fontes e nos dados materiais caracterizar linguisticamente uma determinada realidade. Mas estes princípios não podem constituir objecção a uma determinada classificação linguística que resulte eventualmente dos textos epigráficos. Por isso, devem ser estes a definir a natureza da língua ou línguas que emerge(m) destes documentos escritos.

Dá-se a circunstância, neste caso, de John T. Koch propor a integração no âmbito das línguas célticas de uma realidade que corresponde, no essencial, a um território ao qual a investigação histórica atribui aos chamados Célticos do Sudoeste e as fontes gregas do séc. V a. C. aos “Celtas”. Esta coincidência acaba por ser sugestiva. Mas, os problemas de compatibilidade cronológica das primeiras manifestações epigráficas com este quadro, leva o autor da proposta a reunir outros elementos que associam estas com alguns vestígios materiais mais antigos associados ao mundo 2009a:11-12). Sob este substrato se desenvolveria o impacto cultural fenício que, entre outras novidades, traria a escrita alfabética que se adaptaria especificamente à transcrição das línguas “celta”, como os carros de La Joya (Huelva) e os que se representam em algumas estelas do Sudoeste, da Idade do Bronze, e algumas representações de liras nestes últimos monumentos (Koch locais, especialmente na região tradicionalmente definida como céltica, mas escasseando drasticamente, como frequentemente

se sublinha, no âmbito tartéssico (Koch, 2009a:13).

Uma das dificuldades que este quadro apresenta reside precisamente na mistura de realidades correspondentes a épocas distintas, num longo período em que muitas vezes se entrevêem movimentações de povos, em particular de populações célticas num território em que estes se cruzam com entidades culturalmente e linguisticamente diferenciadas. Na realidade, não é fácil determinar a cronologia e o alcance destes movimentos populacionais.

Certa parece ser, ao longo de toda a Idade do Ferro uma tradicional diversidade cultural desta região, que se estende pelo menos até ao período da romanização, como o atesta a obra de Ptolomeu. Este autor, ao estabelecer os elementos para uma cartografia do mundo conhecido, divide o território do sudoeste da Ibéria essencialmente entre turdetanos⁷ e célticos, ambos repartidos tanto pela Lusitânia como pela Bética. Naturalmente o quadro geográfico a que corresponde a esta informação alterou-se com do tempo, mas sintomático que se revele bastante adequado a uma proposta como a de John T. Koch, tendo em conta o âmbito atribuído aos célticos nessa obra.

É certo que estas simplificações podem ser pouco rigorosas, mas contém elementos concordantes cuja análise importa aprofundar. Neste contexto deveria ocupar um papel de destaque a arqueologia, ainda que o seu contributo se revele, nestas questões de natureza étnica, bastante ambíguo. Esperamos todavia que alguns trabalhos em curso neste âmbito, em especial o projecto ESTELA (Melro; Barros; Guerra, 2008; Melro *et alii*, 2009) proporcionem dados mais consistentes para a análise desta questão.

Bibliografia

Alarcão, J. de (1992) – Etnogeografia da fachada atlântica ocidental da Península Ibérica. *Complutum*. 2-3, pp. 339-345.

Almagro-Gorbea, M. *et alii*, (eds.) (1997) – *Celtas y celtíberos. Actas de las Jornadas celebradas en la Universidad Complutense (27/2-8/3,1996)*. Madrid.
Bendala Galán, M. (2000) – *Tartesios, iberos y celtas : pueblos, culturas y colonizadores de la Hispania antigua*. Madrid.

³ Sobre a questão v. ultimamente López Férez, 2006. Apesar de se tratar de um texto muito conhecido, creio que vale a pena recordá-lo aqui: 2, 33: “Os Celtas encontram-se para lá das Colunas de Hércules e são vizinhos dos Cinésios, os que residem mais para poente de todos os habitantes da Europa”; o texto tem paralelo num outro passo do mesmo autor, 4, 49: “Porque por toda a Europa flui o Istro, originário do território dos Celtas, os quais, depois dos Cinetes, são os que na Europa habitam mais a poente.”

⁴ Uma opinião divergente a respeito da equivalência destes dois nomes pode encontrar-se em Alarcão, 1992: 339-340.

⁵ Mesmo esta sua interpretação, compreensível na época tendo em conta o estado da investigação sobre o valor dos signos nos inícios do século XX, foi por ele apresentada com reservas (Vasconcelos, 1933, p. 207).

⁶ Esta equivalência assenta na informação literária, em particular num passo de Justino (44,4), abreviador de Trogo Pompeio, no qual as duas realidades se associam (Vasconcelos, 1905, p. 8-9; TIR J-29, p. 158).

⁷ As cidades lusitanas integradas no âmbito turdetano são: *Ossonoba, Balsa, Myrtilis, Pax Iulia, Salacia* e *Cetobriga*.

Berrocal Rangel, L. (1992) – *Los pueblos célticos del Suroeste de la Península Ibérica*. Madrid: Ed. Complutense.

Correa, J. A. (1985) – Consideraciones sobre las inscripciones tartesias. In: *Actas del V Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Lisboa, 5-8 noviembre 1980)*. Salamanca, pp. 377-395.

Correa, J. A. (1993) – El signario de Espanca (Castro Verde) y la escritura tartesia. In: *Lengua y cultura en la Hispania prerromana (Actas del V Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Colonia, 25-28 de Noviembre de 1989)* eds. J. Untermann y F. Villar. Salamanca, pp. 521-562.

Correa, J. A. (2008) – Identidad, cultura y territorio en la Andalucía prerromana a través de la lengua y la epigrafía. *Identidades, culturas y territorios en la Andalucía prerromana*, eds. F. Wulff Alonso y M. Álvarez Martí-Aguilar. Málaga. pp. 273-296.

Correa, J. A.; Zamora, J. A. (2008) – Un grafito tartesio hallado en el yacimiento del Castillo de Doña Blanca (Puerto de Sta. María, Cádiz), *Palaeohispanica*. 8, pp. 179-196.

Correia, V. H. (1996) – *A epigrafia da I Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica*. Porto: Ethnos.

Correia, V. H. (1997) – As necrópoles algarvias da I Idade do Ferro e a escrita do Sudoeste. *Noventa séculos entre a serra e o mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico. pp. 265-279.

Guerra, A. (2002) – Novos monumentos epigrafados com escrita do Sudoeste da vertente setentrional da Serra do Caldeirão. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 5(2), pp. 219-231.

Guerra, A. (2007) – MESA: Museu da Escrita do Sudoeste, Almodôvar. Almodôvar: Câmara Municipal.

Guerra, A. (2009) – Novidades no âmbito da epigrafia pré-romana do Sudoeste hispânico. *Acta Palaeohispanica X. Actas do X Colóquio sobre Línguas e Culturas Paleohispánicas (Lisboa, 26 a 28 de Fevereiro de 2009)* = *Palaeohispanica* 9. Zaragoza / Coimbra. pp. 323-338.

Guerra, A.; Ramos, A. C.; Melro, S.; Pires, A. (1999): “Uma estela epigrafada da Idade do Ferro, proveniente do Monte Novo do Castelinho (Almodôvar)”, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 2(1), pp. 153-162.

Hoz, J. de (2005) – La recepción de la escritura en Hispania como fenómeno orientalizante. *El período orientalizante. Actas del III Simposio Internacional*

de Arqueología de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental, 1, eds. S. Celestino Pérez, J. Jiménez Ávila. Mérida. pp. 363-381.

Koch, J. T. (2009a) – *Tartessian: Celtic in the South-west at the Dawn of History*. Aberystwyth.

Koch, J. T. (2009b) – A case for Tartessian as a Celtic language. *Acta Palaeohispanica X. Actas do X Colóquio sobre Línguas e Culturas Paleohispánicas (Lisboa, 26 a 28 de Fevereiro de 2009)* = *Palaeohispanica* 9. Zaragoza. pp. 339-351.

Koch, J. T. et alii (2007) – *An Atlas for Celtic Studies*. Aberystwyth.

Lomas, F. J. (1991) – Las fuentes históricas más antiguas para el conocimiento de los Celtas peninsulares. *Historia de España antigua, Tomo I – Protohistoria*. Madrid, pp. 53-81.

López Pérez, J. A. (2006) – Los celtas en la literatura griega de los siglos VI-I a.C. *Cuadernos de Filología Clásica: Estudios griegos e indoeuropeo*. 16, pp. 45-84.

Melro, S.; Barros, P.; Gerra, A. (2008): Projecto ESTELA: Do museu para o território. *Almadan* <http://www.almadan.publ.pt/16ADENDA21NotArqueologico.pdf>, pp. 10-11.

Melro, S.; Barros, P.; Guerra, A.; Fabião, C. (2009) – O Projecto Estela: Primeiros resultados e perspectivas. *Acta Palaeohispanica X. Actas do X Colóquio sobre Línguas e Culturas Paleohispánicas (Lisboa, 26 a 28 de Fevereiro de 2009)* = *Palaeohispanica* 9. Zaragoza. pp. 353-359.

Rodríguez Ramos, J. (2000) – La lengua de las inscripciones sudlusitanotartesias. *Faventia* 22/1, pp. 21-48.

Rodríguez Ramos, J. (2002) – El origen de la escritura sudlusitano-tartesia y la formación de alfabetos a partir de alefatos. *Rivista di Studi Fenici*. 32:2. pp. 187-222.

Sarmiento, F. M. (1933) – Lusitanos, lígures e celtas. *Dispersos*. Coimbra, pp. 338-415.

Sauren, H. (2008) – Vale de Águia, S. B. de Messines”. *Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve (25 a 27 de Outubro de 2007)*, vol. II – *Posters* = *Xelb* 8, Silves, pp. 53-58.

Schulten, A. (1922) – *Fontes Hispaniae Antiquae, I. Avieno, ora maritima*. Barcelona / Berlin: Librería Universitária A. Bosch / Weidmannsche Buchhandlung.

TIR J-29 = **Alarcão**, A. et alii (1995) – *Tabula imperii Romani, Hoja J-29: Lisboa, Emerita, Scallabis, Pax Iulia, Gades*. Madrid: CSIC.

Tovar, A. (1987) – Lenguas y pueblos de la antigua

Hispania: Lo que sabemos de nuestros antepassados protohistóricos. *Studia Palaeohispanica: Actas del IV Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas* = *Veleia*, 2-3. Vitoria, pp. 16-34.

Untermann, J. (1997) – *Monumenta Linguarum Hispanicarum, Band IV: Die tartessischen, keltiberischen und lusitanischen Inschriften*, Dr. Ludwig Reichert Verlag, Wiesbaden (=MLH IV).

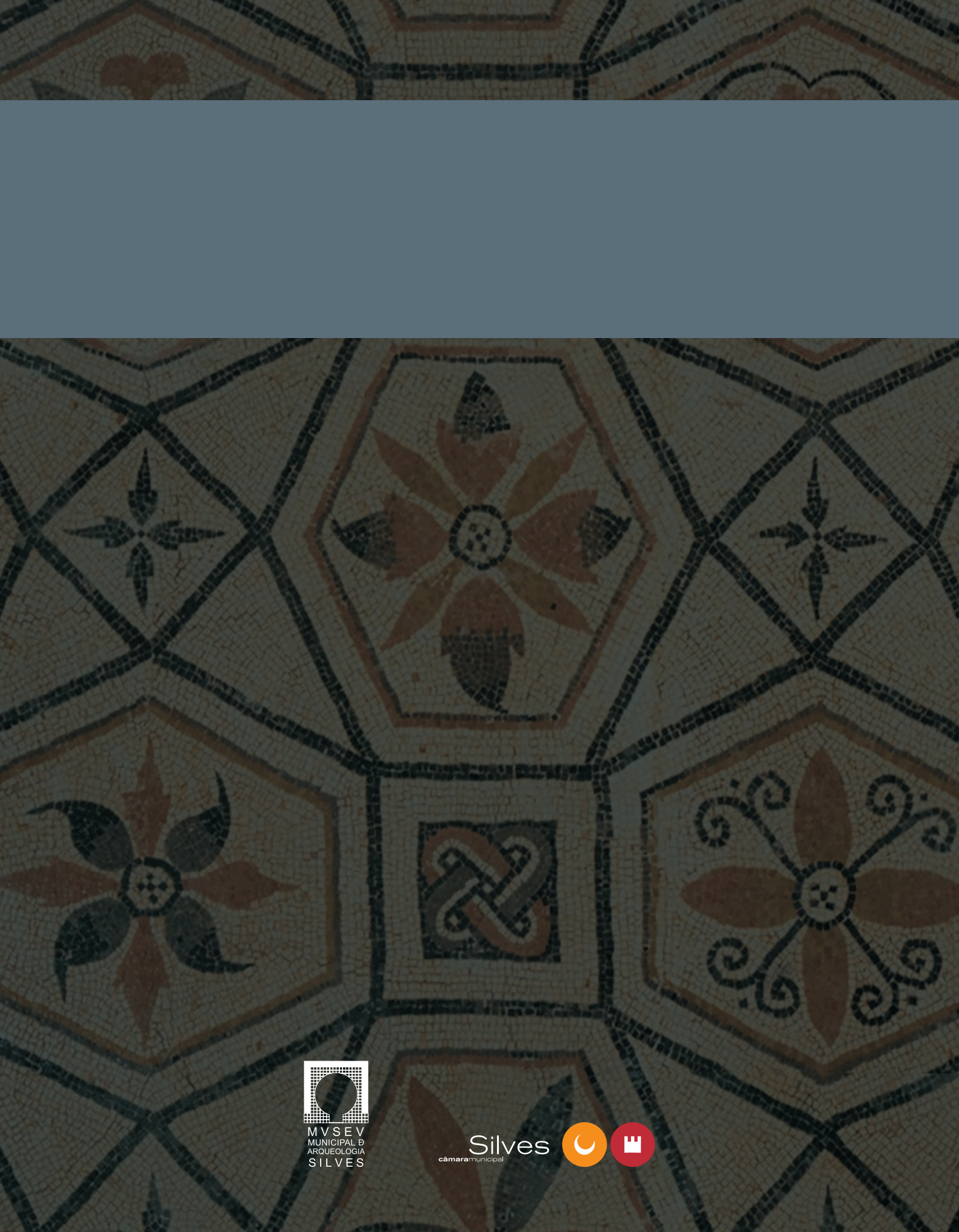
Vasconcelos, J. L. de (1905) – *Religiões da Lusitânia, na parte que especialmente se refere a Portugal*. Lisboa: INCM.

Vasconcelos, J. L. de (1927-29) – Novas inscrições ibéricas do Sul de Portugal. *O Archeologo português*. 28, pp. 205-208.

Vasconcelos, J. L. de (1933) – Os Cónios. *O Archeologo português*. 29, pp. 168-170.

Wikander, O. S. (1966) – Sur la langue des inscriptions sud-hispaniques. *Studia linguistica*. 20, pp. 1-8.

Zamora López, J. A. (2005) – *La práctica de escribir entre los primeros fenicios peninsulares y la introducción de la escritura entre los pueblos paleohispánicos. Acta Palaeohispanica IX. Actas del IX Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Barcelona, 20-24 de octubre de 2004)* = *Palaeohispanica* 5. Zaragoza. pp. 155-192.



MUSEU
MUNICIPAL DE
ARQUEOLOGIA
SILVES

Silves
câmara municipal

